

Boa Vista Serviços S.A.

Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em
31 de dezembro de 2016 e 2015

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500, Fax 55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Boa Vista Serviços S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Boa Vista Serviços S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Boa Vista Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de maio de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

Boa vista serviços S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais - R\$)

Ativo	Nota Explicativa	31.12.2016	31.12.2015	Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	31.12.2016	31.12.2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	9.993	2.539	Fornecedores	8	63.920	38.331
Contas a receber	4	91.988	80.756	Empréstimos e financiamentos	9	9.937	8.366
Insumos para prestação de serviços	5	520	567	Debêntures	10	44.576	18.958
Partes relacionadas	12	493	236	Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais	11	17.858	19.202
Despesas antecipadas		10.065	3.795	Impostos a recolher		6.019	7.156
Impostos a recuperar		2.429	2.342	Partes relacionadas	12	2.190	15.940
Outros ativos		1.019	858	Adiantamentos de clientes		8.560	5.242
				Outras contas a pagar		3.375	2.222
Total do ativo circulante		116.507	91.093	Total do passivo circulante		156.435	115.417
Não circulante				Não circulante			
Impostos a recuperar		687	628	Debêntures	10	104.722	111.122
Partes relacionadas		479	-	Partes relacionadas	12	-	1.421
Depósitos judiciais		1.805	1.161	Empréstimos e financiamentos	9	23.349	21.347
Tributos diferidos	16	30.308	20.327	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	13	13.266	12.692
Imobilizado	6	25.612	27.832				
Intangível	7	448.300	413.778	Outras contas a pagar		1	278
Investimentos		-	839	Total do passivo não circulante		141.338	146.860
Total do ativo não circulante		507.191	464.565	Patrimônio líquido			
				Capital social	14.a)	202.129	142.127
				Reservas de capital	14.b)	139.631	144.658
				Reservas de lucros - legal	14.c)	2.329	2.329
				Reservas de lucros / (prejuízos)	14.c)	(18.164)	4.267
				Total do patrimônio líquido		325.925	293.381
Total do ativo		623.698	555.658	Total do passivo e patrimônio líquido		623.698	555.658

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Boa vista serviços S.A.

Demonstrações do resultado

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação)

	Nota explicativa	31.12.2016	31.12.2015
Receita líquida de serviços	16	572.808	505.505
Custo dos serviços prestados	17	(422.312)	(343.935)
Lucro bruto		<u>150.496</u>	<u>161.570</u>
Despesas operacionais			
Com vendas	17	(76.300)	(77.237)
Gerais e administrativas	17	(79.685)	(91.726)
Outras receitas (despesas) operacionais	17	940	(225)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		<u>(4.549)</u>	<u>(7.618)</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	1.871	1.698
Despesas financeiras	18	<u>(32.459)</u>	<u>(21.822)</u>
		(30.588)	(20.124)
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e Da contribuição social		<u>(35.137)</u>	<u>(27.742)</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Diferidos	15	<u>9.982</u>	<u>7.779</u>
Prejuízo líquido do exercício		<u>(25.155)</u>	<u>(19.963)</u>
Prejuízo básico por ação - r\$	19	(201,99)	(169,68)
Prejuízo diluído por ação - r\$	19	(195,92)	(166,05)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Boa vista serviços S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais - R\$)

	31.12.2016	31.12.2015
Prejuízo líquido do exercício	(25.155)	(19.963)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(25.155)</u></u>	<u><u>(19.963)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Boa vista serviços S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	Reservas de capital			Reservas de lucros			Total	
		Capital social	Bônus de subscrição	Ágio e valor justo de combinação de negócios	Plano de opção com base em ações	Reserva legal	Retenção de lucros		Prejuízos acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2014		142.127	1	136.330	6.277	2.329	24.230	-	311.294
Plano de opção com base em ações	23	-	-	-	2.050	-	-	-	2.050
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(19.963)	(19.963)
Absorção de prejuízos acumulados		-	-	-	-	-	(19.963)	19.963	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u>142.127</u>	<u>1</u>	<u>136.330</u>	<u>8.327</u>	<u>2.329</u>	<u>4.267</u>	<u>-</u>	<u>293.381</u>
Integralização de capital em moeda corrente		60.002	-	-	-	-	-	-	60.002
Plano de opção com base em ações	23	-	-	-	(5.027)	-	2.724	-	(2.303)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(25.155)	(25.155)
Absorção de prejuízos acumulados		-	-	-	-	-	(6.991)	6.991	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		<u>202.129</u>	<u>1</u>	<u>136.330</u>	<u>3.300</u>	<u>2.329</u>	<u>-</u>	<u>(18.164)</u>	<u>325.925</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Boa vista serviços S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota explicativa	31.12.2016	31.12.2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(35.137)	(27.742)
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	17	122.658	106.049
Despesas financeiras sobre empréstimos e financiamentos		25.140	19.428
Custos sobre empréstimos e debêntures apropriados		741	352
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4	576	1.380
Provisões para perdas cíveis, trabalhistas e fiscais	13	4.852	2.405
Baixa do ativo imobilizado e intangível		10	200
Baixa de investimentos		839	-
Plano de opções em ações		(2.306)	2.050
Programa de participação nos resultados - PPR		1.392	6.985
Outros ajustes de reconciliação do caixa		3.693	(446)
Variação nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(11.265)	(19.959)
Estoques		(510)	(567)
Partes relacionadas		222	1.091
Despesas antecipadas		(6.270)	1.137
Impostos a recuperar		(146)	4.275
Outros ativos		(805)	(3.009)
Variação nos passivos operacionais:			
Fornecedores		17.328	7.963
Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais		(2.736)	(7.375)
Impostos a recolher		(1.137)	626
Partes relacionadas		3.294	(2.547)
Adiantamento de Clientes		(361)	531
Outras contas a pagar		880	231
Provisão para perdas cíveis (pagamentos)		(4.278)	(3.648)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		116.674	89.410
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>116.674</u>	<u>89.410</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de intangíveis e imobilizado		(146.708)	(141.590)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		<u>(146.708)</u>	<u>(141.590)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de Capital		60.002	-
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	9 e 10	42.020	62.530
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	9 e 10	(20.755)	(11.011)
Juros e custos pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	9 e 10	(27.820)	(13.432)
Mútuo com partes relacionadas		(15.958)	15.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		<u>37.489</u>	<u>53.087</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>7.454</u>	<u>907</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	2.539	1.632
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	<u>9.993</u>	<u>2.539</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>7.454</u>	<u>907</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A Boa Vista Serviços S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade de capital fechado, com sede na Avenida Tamboré, 267 - 11º a 15º andares, cidade de Barueri. Foi fundada em 4 de março de 2010 e iniciou suas operações em 1º de novembro de 2010, com o propósito de negócios e atividades de: (a) prestação de serviços em geral para suporte à atividade creditícia e de proteção ao crédito, incluindo consultoria, desenvolvimento de sistemas e projetos e elaboração e venda de pesquisas; (b) desenvolvimento e exploração comercial de soluções de meios de pagamento em geral, incluindo a mercadologia, o comportamento de consumidores ou quaisquer outras soluções comerciais originadas do banco de dados, do “know-how” e da capacidade de distribuição, bem como quaisquer produtos, serviços e soluções oferecidos por concorrentes da Sociedade; (c) cessão, desenvolvimento, licença, sublicença e distribuição de direito de uso de software; (d) elaboração de programas de computador; (e) suporte técnico em informática, incluindo instalação, configuração e manutenção de programas de computação e banco de dados; (f) processamento de dados; (g) assessoria e consultoria em informática; e (h) participação em outras sociedades, como acionista ou cotista, no Brasil ou no exterior.

Em novembro de 2013 a Sociedade foi credenciada pelo ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação como uma Autoridade Certificadora (“AC”) responsável por emitir, distribuir, renovar, revogar e gerenciar certificados digitais.

2 Principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nos pronunciamentos, nas interpretações e nas orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que já foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras da Sociedade foram aprovadas para divulgação pela Diretoria e envio ao Conselho de Administração em 25 de maio de 2017.

2.3 Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas da Sociedade, bem como a divulgação de informações sobre os dados de suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à avaliação do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, à determinação da provisão para perdas em contingências cíveis e fiscais, à determinação da vida útil dos bens do imobilizado, da realização do imposto de renda e da contribuição social diferidas e ao “impairment” sobre o ativo

imobilizado, intangível e ágio. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às probabilidades inerentes ao processo de estimativa. A Sociedade revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

2.4 Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

As práticas contábeis adotadas pela Sociedade permitem que instrumentos financeiros sejam classificados sob as seguintes categorias: **(i)** ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado; **(ii)** empréstimos e recebíveis; **(iii)** ativos financeiros mantidos até o vencimento; e **(iv)** ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da origem dos instrumentos ou da finalidade para a qual os instrumentos financeiros são adquiridos. A classificação dos instrumentos financeiros é efetuada no reconhecimento inicial da operação.

- (i) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado*
São mensurados ao valor justo por serem gerenciados pela Sociedade desta forma. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado do exercício.
- (ii) Empréstimos e recebíveis*
Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Estão incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). São contabilizados pelo custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.
- (iii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento*
Estes ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida no resultado do exercício.
- (iv) Ativos financeiros disponíveis para venda*
São designados nessa categoria os instrumentos financeiros que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício como receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada contra patrimônio, na conta ajustes de avaliação patrimonial, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perda considerada permanente.

Valor justo

Os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Sociedade analisa o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem: (a) o uso de operações recentes contratadas com terceiros; (b) a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares; e (c) a análise de fluxos de caixa descontados; tais técnicas fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado.

Caso haja evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor superior ao seu valor recuperável, é constituída uma provisão para ajuste a valor justo, que é calculada com base no diferencial das taxas de juros dos créditos e naquelas negociadas no mercado, para ativos com características semelhantes em relação aos seus riscos.

2.5 Bases de consolidação e investimentos em controladas

A Sociedade é controladora da empresa TPC - Soluções em Informática Ltda. - EPP (“TPC”). As informações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Foram consultados os proprietários incluindo aqueles sem direito a voto e esses não fizeram objeção quanto à não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Atualmente a empresa é não operacional e está em fase de encerramento de suas atividades junto aos órgãos reguladores.

Quando necessário, as demonstrações financeiras da controlada são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Sociedade.

2.6 Reconhecimento de receitas

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.

Os recebimentos antecipados de prestações de serviços são registrados na rubrica “Adiantamentos de clientes” e reconhecidos no momento em que os serviços são efetivamente prestados.

2.7 Lucro/Prejuízo básico e diluído por ação

O lucro/prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro/prejuízo atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

O lucro/prejuízo diluído por ação é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Sociedade tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: o plano de opção com base em ações.

2.8 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Sociedade.

2.9 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.10 Contas a receber

Representadas pelos valores nominais dos títulos a receber de clientes por serviços prestados na área de informações de pessoas físicas e jurídicas. A Administração determinou a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na estimativa de riscos de realização de créditos vencidos há mais de 30 dias. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em

montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber.

2.11 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação inicia-se quando os ativos estão prontos para o uso pretendido.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim do exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.12 Intangível

a. Ágio

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida e de outros instrumentos de patrimônio adquiridos/trocados. Se a adquirente apurar deságio, este deve ser reconhecido na demonstração do resultado, na data de aquisição. O ágio é testado anualmente ou, com maior frequência, caso as circunstâncias indiquem que houve redução em seu valor recuperável, para verificar prováveis perdas (“impairment”), e contabilizado pelo seu valor de custo, menos as perdas acumuladas por “impairment”, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.

b. Base de dados, programas de computador (softwares) e desenvolvimento de projetos internos

O intangível inclui gastos com aquisição de sistemas de computação e base de dados. Com respeito a aquisição de base de dados, estas são adquiridas principalmente de cartórios, para a formação de base de dados utilizadas em produtos oferecidos pela Sociedade a seus clientes e são capitalizadas pois a utilização destas informações gera benefícios econômicos futuros.

Estes ativos são amortizáveis pelo método linear às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº 7, que levam em consideração a vida útil desses ativos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de softwares identificáveis e exclusivos, controlados pela Sociedade, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software/projeto para que esteja disponível para uso ou venda.

- A Administração pretende concluir o software/projeto e usá-lo ou vendê-lo.
- O software/projeto pode ser vendido ou usado.
- O software/projeto gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados.
- Recursos técnicos e financeiros e outros recursos adequados estão disponíveis para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software/projeto.
- O gasto atribuível ao software/projeto durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software/projeto, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software/projeto e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes.

Os custos com desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com o desenvolvimento de software/projeto reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 7.

2.13 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.14 Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. São mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

2.15 Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e é, subsequentemente, demonstrado pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que a operação esteja em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

2.16 Provisão para riscos cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

2.17 Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

A provisão para imposto de renda foi constituída com base na legislação fiscal vigente à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240 (R\$20 por mês). A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais negativas correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa de IR e CSLL, apenas quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

O saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no fim de cada exercício de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

2.18 Arrendamento mercantil financeiro

O arrendamento no qual a Sociedade detém, substancialmente, todos os riscos e recompensas da propriedade é classificado como arrendamento financeiro. Este é capitalizado no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas nos passivos circulante e não circulante, de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2016	31.12.2015
Caixa	9	15
Bancos conta movimento	4.260	366
Aplicações financeiras (*)	5.724	2.158
Total	<u>9.993</u>	<u>2.539</u>

(*) Representam aplicações compromissadas, remunerada a taxa de 95% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor e possui liquidez imediata.

4 Contas a receber

	31.12.2016	31.12.2015
Clientes por serviços de informações prestados	93.307	80.952
Contas a Receber - Partes Relacionadas (a)	1.502	2.049
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(2.821)</u>	<u>(2.245)</u>
Total	<u><u>91.988</u></u>	<u><u>80.756</u></u>

(a) Referem-se a prestação de serviços de consulta de dados dos acionistas.

O “contas a receber” é um instrumento financeiro classificado como empréstimos e recebíveis.

A composição dos saldos de contas a receber, por data de vencimento, está assim apresentada:

	31.12.2016	31.12.2015
A vencer	83.627	68.757
Vencidos:		
Até 30 dias	6.364	10.293
De 31 a 60 dias	1.955	1.954
De 61 a 90 dias	1.184	416
De 91 a 120 dias	243	453
De 121 a 150 dias	248	634
De 151 a 180 dias	556	208
Acima de 181 dias	<u>632</u>	<u>286</u>
Total	<u><u>94.809</u></u>	<u><u>83.001</u></u>

A Administração determinou a provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na estimativa de riscos de realização de créditos vencidos há mais de 30 dias.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está assim apresentada:

Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.245
Constituição de provisão	2.409
Créditos baixados no exercício	<u>(1.833)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u><u>2.821</u></u>

5 Insumo para prestação de serviços

O saldo de insumo para prestação de serviços em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$520 (R\$567 em 31 de dezembro de 2015), refere-se aos insumos para venda dos certificados digitais (cartões, leitoras, tokens e pastaZip).

6 Imobilizado

		31.12.2016			31.12.2015
	Taxa média anual - %	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	7.443	(3.658)	3.785	343
Máquinas e equipamentos	10	1.846	(1.259)	587	468
Instalações	10	412	(65)	347	50
Móveis e utensílios	10	1.678	(818)	860	877
Equipamento de informática	20	20.655	(14.760)	5.895	6.383
Arrendamento de equipamentos	20	29.786	(15.951)	13.835	18.986
Imobilizado em andamento		<u>303</u>	<u>-</u>	<u>303</u>	<u>725</u>
Total		<u><u>62.123</u></u>	<u><u>(36.511)</u></u>	<u><u>25.612</u></u>	<u><u>27.832</u></u>

As obrigações da Sociedade assumidas por meio de contratos de arrendamento financeiro dos equipamentos de “mainframe” estão garantidas pela titularidade do arrendador aos ativos arrendados (ver nota explicativa nº 9).

As movimentações do imobilizado são as seguintes:

	Saldos em 31 de dezembro de 2015	Aquisições	Transferências	Baixas	Depreciações	Saldos em 31 de dezembro de 2016
Benfeitorias em imóveis de terceiros	343	1.950	1.962	-	(470)	3.785
Máquinas e equipamentos	468	279	-	(4)	(156)	587
Instalações	50	315	-	-	(18)	347
Móveis e utensílios	877	136	-	-	(153)	860
Equipamentos de informática	6.383	190	1.787	(5)	(2.460)	5.895
Arrendamento de equipamentos	18.986	-	-	-	(5.151)	13.835
Imobilizado em andamento	725	3.327	(3.749)	-	-	303
Total	27.832	6.197	-	(9)	(8.408)	25.612

7 Intangível

		31.12.2016			31.12.2015
	Taxa média anual de amortização - %	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Base de dados (a)	20	96.323	(96.323)	-	607
Cartórios (a)	20	523.120	(263.431)	259.689	218.788
Juntas comerciais e ações cíveis (a)	20	50.424	(26.367)	24.057	21.816
Outras informações adquiridas (a)	20	27.152	(20.357)	6.795	5.988
Marcas, direitos, patentes e outros	-	130	-	130	130
Software	20	52.954	(37.360)	15.594	21.104
Arrendamento de softwares para o "mainframe"	20	15.678	(9.142)	6.536	9.672
Mão de obra	20	14.291	(4.255)	10.036	6.696
Ágio em combinação de negócios	-	110.182	-	110.182	110.182
Contrato vantajoso de uso de imóvel	20	1.964	(1.807)	157	157
Intangível identificado em combinação de negócios	10	25.349	(14.407)	10.942	13.662
Intangível em andamento		4.182	-	4.182	4.976
Total		921.749	(473.449)	448.300	413.778

- (a) Referem-se a aquisições de informações para incremento e desenvolvimento de bancos de dados utilizados nas consultas dos serviços prestados pela Sociedade e que são capitalizados e amortizados dentro do período correspondente à utilização dessas informações. A base de mensuração da amortização é fundamentada no prazo legal de exibição das informações, de cinco anos, conforme o parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei nº 8.078 do Código de Defesa do Consumidor, de 11 de setembro de 1990.

As movimentações do intangível são as seguintes:

	Saldos em 31 de dezembro de 2015	Aquisição	Transferências	Baixas	Amortizações	Saldos em 31 de dezembro de 2016
Base de dados	607	-	-	-	(607)	-
Cartórios	218.788	128.011	-	-	(87.110)	259.688
Juntas comerciais e ações cíveis	21.816	10.719	-	-	(8.478)	24.057
Outras informações adquiridas	5.988	2.628	-	-	(1.821)	6.795
Marcas, direitos, patentes e outros	130	-	-	-	-	130
Software	21.104	1.348	1.115	-	(7.973)	15.594
Arrendamento de softwares	9.672	-	-	-	(3.136)	6.536
Mão de obra	6.696	5.745	-	-	(2.404)	10.037
Ágio em combinação de negócios	110.182	-	-	-	-	110.182
Contrato vantajoso de uso de imóvel	157	-	-	-	-	157
Intangível identificado em combinação de negócios	13.662	-	-	-	(2.720)	10.942
Intangível em andamento	4.976	321	(1.115)	-	-	4.182
Total	413.778	148.772	-	-	(114.249)	448.300

8 Fornecedores

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$63.920 (R\$38.331 em 31 de dezembro de 2015), refere-se à aquisição de serviços relacionados às atividades normais da Sociedade, tais como aquisição de bens, serviços de postagem de correspondências, manutenção de software e hardware e consultorias diversas, entre outros. A conta de fornecedores é um instrumento financeiro classificado como empréstimos e recebíveis.

9 Empréstimos e financiamentos

Instituição Financeira	Data da contratação	Encargos	Prazo	2016	2015
		Selic + 3,15% / TJLP + 3,95%			
Banco Nacional Desenvolvimento Social (a)	2015		72 meses	22.718	10.660
Banco IBM - arrendamentos financeiros (b)	2012 a 2014	9,12% e 14,44% a.a.	24 a 60 meses	<u>10.568</u>	<u>19.053</u>
Total				<u>33.286</u>	<u>29.713</u>
Passivo circulante				9.937	8.366
Passivo não circulante				23.349	21.347

O saldo do não circulante em 31 de dezembro de 2016 tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano	Valores
2018	8.097
2019	6.370
2020	5.440
2021	<u>3.442</u>
Total	<u>23.349</u>

A movimentação dos empréstimos é assim representada:

Saldo em 31/12/2015	29.713
Novas contratações	12.001
Pagamento de principal	(8.255)
Pagamentos juros	(983)
Juros provisionados	1.021
Custos pagos	(314)
Custos provisionados	103
Saldo em 31/12/2016	<u>33.286</u>

- (a) Em 3 de março de 2014 foi aprovado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES a contratação de linha crédito no valor de R\$ 36.175 para investimentos em renovação tecnológica e operacional, através do programa BNDES Prosoft. Referida operação possui prazo de 72 meses, sendo que 24 meses para carência e na sequência 48 parcelas mensais. Em 19 de junho de 2015 foi disponibilizado o crédito no montante de R\$10.484, em 16 de maio de 2016 foi disponibilizado o crédito no montante de R\$ 12.001.

Os "Covenants" financeiros da operação são: "Ownership", restrições de concessão de mútuo com Empresas e distribuição de dividendos, Dívida Líquida/Ebitda < 2,5x, Ebitda/Desp. Financeiras > 3,0x e Patrimônio Líquido mínimo = 50% Ativo Total. Como garantia foram cedidos direitos creditórios de alguns contratos de serviços.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Sociedade atendeu aos covenants da operação listada acima.

- (b) Não há cláusulas de "covenants" financeiros e cessão de garantia.

Os empréstimos e financiamentos são instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

10 Debêntures

As debêntures emitidas estão compostas da seguinte forma:

	31/12/2016	31/12/2015
Debêntures	142.500	125.000
(-) Custo com debêntures a apropriar	(1.988)	(1.847)
Juros sobre debêntures	8.786	6.927
Total	149.298	130.080
Circulante	44.576	18.958
Não circulante	104.722	111.122

Em 26 de fevereiro de 2014, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a realização da 1ª emissão de debêntures simples da Sociedade, não conversíveis em ações, em série única, todas escriturais, da espécie quirografária, sendo 7.500 debêntures, com valor nominal unitário de R\$10, com valor total da emissão de R\$75.000.

O valor principal será pago em 6 parcelas semestrais a partir de setembro de 2016, e os juros são pagos semestralmente, desde setembro de 2014.

As debêntures mencionadas acima são remuneradas a taxa correspondente a 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (“taxa DI”), acrescida de 1,92% ao ano (base 252 dias úteis).

Em 28 de julho de 2015, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a realização da 2ª emissão de debêntures simples da Sociedade, não conversíveis em ações, em 2 séries, sendo 50.000 debêntures em setembro de 2015 e 30.000 emitidas em janeiro de 2016, todas escriturais, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$1.000 e valor total da emissão de R\$80.000.

O valor principal será pago em 7 parcelas semestrais a partir de julho de 2017, e os juros são pagos semestralmente desde janeiro de 2016.

As debêntures referentes à Segunda emissão são remuneradas a taxa correspondente a 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (“taxa DI”), acrescida de 2,35% ao ano (base 252 dias úteis).

A movimentação das debêntures é assim representada:

Saldo em 31/12/2015	130.080
Captações	30.019
Pagamentos juros	(22.276)
Pagamento de principal	(12.500)
Juros provisionados	24.119
Custos pagos	(782)
Custos apropriados	638
Saldo em 31/12/2016	149.298

O saldo do não circulante das debêntures em 31 de dezembro de 2016 tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano	Valores
2018	47.857
2019	35.357
2020	22.857
Total	106.071
Comissão a apropriar	(1.349)
Saldo em 31/12/2016	104.722

1ª e 2ª emissão - “covenants”

As obrigações da Sociedade com relação à 1ª e 2ª emissão de debêntures serão garantidas nos termos do Instrumento Particular de Escritura da Emissão de Debêntures Simples celebrado entre a Sociedade e Agente Fiduciário. A Sociedade será obrigada a realizar uma oferta de resgate antecipado, a todos os debenturistas, caso descumpra, o índice financeiro determinado contratualmente: Dívida Líquida/EBITDA < 2,5x.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Sociedade atendeu ao covenant da operação listada acima.

A Sociedade está proibida à concessão de mútuos pela Emissora a qualquer outra sociedade, integrante ou não do mesmo grupo econômico a que pertence a Emissora, em valor individual ou agregado superior a R\$ 5.000.

A Sociedade estará desobrigada da realização de resgate antecipado caso os debenturistas representados por 75% das debêntures totais autorizem em Assembleia a não realização do resgate antecipado.

As debêntures são instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

11 Obrigações trabalhistas, férias e encargos sociais

	31.12.2016	31.12.2015
Provisão para férias e encargos sobre férias	7.463	7.851
Programa de participação nos resultados - PPR	6.806	8.000
Encargos sociais	2.485	2.813
Outros	1.104	538
Total	17.858	19.202

12 Partes relacionadas

	31.12.2016	31.12.2015
Ativos com partes relacionadas		
Contrato de Mútuo (a)	958	-
Indenizações a receber - perdas cíveis (b)	-	236
Outros	14	-
Total	972	236
Passivo		
Contas a pagar com partes relacionadas		
Comunicação, eletricidade, água e despesas prediais (c)	2.190	300
Contrato de Mútuo (d)	-	17.061
Total	2.190	17.361
Receita de serviços (e)		
	11.132	13.671
Despesa		
Comunicação, eletricidade, água e despesas prediais (c)	(2.058)	(1.828)
Contrato de Mútuo (d)	(1.411)	(2.054)
Total	(3.469)	(3.882)

- (a) Refere-se ao contrato de mútuo firmado com Clube dos Diretores Lojistas do Rio de Janeiro em novembro de 2016 para pagamento em 4 parcelas semestrais com início em maio de 2017, com encargos financeiros calculados pela variação do CDI acrescido de 2,35% ao ano.
- (b) Referem-se a perdas cíveis provenientes do negócio do Serviço Central de Proteção ao Crédito - SCPC anteriores a 1º de novembro de 2010, que são de responsabilidade da Associação Comercial de São Paulo e que serão reembolsados.
- (c) Referem-se ao rateio de despesas gerais de ocupação dos andares em que a Sociedade se encontra, cujas instalações pertencem à Associação Comercial de São Paulo e Equifax do Brasil.
- (d) Refere-se ao contrato de mútuo no valor de R\$15.000 firmado com a Associação Comercial de São Paulo - ACSP em janeiro de 2015, para pagamento em 12 parcelas, com início em janeiro de 2016, com encargos financeiros calculados pela variação do CDI acrescidos de 1,4% ao ano.
- (e) Referem-se a prestação de serviços de consulta de dados dos Acionistas

12.1 Contratos de comodato

- (a) Os contratos de comodato entre a Associação Comercial de São Paulo - ACSP e Equifax do Brasil Ltda (“Comodante”) e a Sociedade (“Comodatária”), foram encerrados no exercício de 2016.

12.2 Remuneração dos Administradores

Em 31 de dezembro de 2016, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros e assistência médica), contabilizados na rubrica “Despesas administrativas e gerais”.

Em Assembleia Geral Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Sociedade, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em R\$5.434 (R\$5.439 em 2015). No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os gastos foram de R\$4.746 (R\$4.638 em 2015).

13 Provisão para contingências

A Sociedade está envolvida em processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para eventuais perdas decorrentes desses processos é estimada pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos em decorrência desses processos.

Por meio do histórico de processos encerrados, foram apurados os percentuais de procedência, procedência em parte e improcedência dos processos do Juizado Especial e da Justiça Comum e foi calculado o valor médio pago nos processos procedentes e procedentes em parte. A provisão apurada é o resultado da estimativa de processos que representam a perda provável da carteira.

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	7.301	3.127	2.264	12.692
Adições	731	3.834	287	4.852
Baixas	-	-	-	-
Reversões	(4.238)	-	(40)	(4.278)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>3.794</u>	<u>6.961</u>	<u>2.511</u>	<u>13.266</u>

As ações cíveis, em sua maior parte, são decorrentes de processos levantados contra a Sociedade no Estado do Rio Grande do Sul requerendo indenizações por danos morais em face da existência de “score” de seus clientes. “Score” é uma ferramenta estatística que auxilia na análise e concessão do crédito.

A contingência fiscal é decorrente, substancialmente, de liminar referente a suspensão da inclusão de ISS da base de cálculo de PIS e da COFINS no montante de R\$4.487 e liminar referente a suspensão de inclusão de verbas de natureza indenizatória da base de cálculo da contribuição previdenciária (INSS) no montante de R\$ 2.474.

A Sociedade está envolvida em outros processos judiciais de natureza cível e trabalhista no montante de R\$11.436 (R\$ 4.987 em 31 de dezembro de 2015), cuja estimativa de perda foi considerada “possível” na opinião de seus consultores jurídicos e, portanto, não foram provisionados em 31 de dezembro de 2016.

Em razão de auto de infração, lavrado pela Receita Federal do Brasil em dezembro de 2015, a Sociedade discute a amortização do ágio de incorporação originado do acervo patrimonial vertido da aquisição da Equifax do Brasil Ltda. e amortização de base de dados originado do acervo patrimonial vertido pelo aumento de capital integralizado pela Associação Comercial de São Paulo. O valor do auto de infração é de R\$ 33.144. A Sociedade apresentou impugnação dentro do prazo legal e aguarda apreciação das razões de defesa pela Delegacia de Julgamento correspondente. A probabilidade de êxito da discussão é considerada "possível" pelos advogados responsáveis e, por esse motivo, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social, no montante de R\$202.129 (R\$142.127 em 31 de dezembro de 2015), é representado por 124.536 (117.648 em 31 de dezembro de 2015) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

O aumento de capital da Sociedade no valor de R\$60.011, com emissão de 6.888 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração em 25 de agosto de 2016.

A composição do capital social da Sociedade é a seguinte:

	<u>31.12.2016</u>		<u>31.12.2015</u>	
Acionistas	Capital Social	%	Capital Social	%
Associação Comercial de São Paulo - ACSP	105.032	51,96	73.110	51,44
Bureau de Crédito do Brasil Participações S.A.	60.748	30,06	42.283	29,75
Equifax Holdings do Brasil Ltda.	28.644	14,17	21.319	15,00
Associação Comercial do Paraná, Clube dos Diretores Lojistas do Rio de Janeiro e Câmara dos Dirigentes Lojistas de Porto Alegre	<u>7.705</u>	<u>3,81</u>	<u>5.415</u>	<u>3,81</u>
Total	<u><u>202.129</u></u>	<u><u>100,00</u></u>	<u><u>142.127</u></u>	<u><u>100,00</u></u>

b. Reservas de capital

Reserva de bônus de subscrição

Em 31 de maio de 2011, foi emitido bônus de subscrição, aprovado pelos acionistas na AGE na mesma data, subscrito e integralizado pela Equifax Funding LLC (“Beneficiária”), pelo valor de R\$1, que assegurava à Beneficiária o direito de subscrever quantas ações preferenciais possam ser subscritas e integralizadas por ela, por meio da conversão em capital do principal, e/ou dos

juros e/ou de outras quantias quaisquer devidas nos termos do contrato de empréstimo conversível celebrado entre a Sociedade e a Beneficiária, limitadas a 320.000 ações preferenciais, por um período de cinco anos, encerrado em 31 de maio de 2016.

Em AGE realizada em 23 de setembro de 2016, a Sociedade foi autorizada a emitir Bônus de Subscrição aos Acionistas que aderiram ao aumento de capital aprovado na RCA realizada em 25 de agosto de 2016, na quantidade máxima de um Bônus por Acionista, representando cada Bônus, por sua vez, no máximo duas vezes a quantidade de ações ali subscritas. Estas novas ações, caso subscritas em decorrência dos Bônus, serão ordinárias, nominativas, sem valor nominal e com direitos idênticos aos das ações existentes. Esses Bônus poderão ser exercidos, parcial ou totalmente, pelo mesmo preço do referido Aumento de Capital corrigidos pelo IPCA até a data da integralização, com prazo máximo de exercício de quatro anos da respectiva emissão.

Ágio e valor justo de combinação de negócios

O total de R\$136.330 inclui a diferença de R\$8.080 entre o valor do patrimônio líquido contábil incorporado a valor contábil e o valor do aumento de capital e o ágio e os valores justos no processo de aquisição e combinação de negócios da Equifax do Brasil Ltda., no montante de R\$128.250.

O valor de aquisição de R\$157.650, deduzido do patrimônio líquido incorporado de R\$29.400, totalizou R\$128.250.

c. Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

Retenção de lucros

Os lucros remanescentes, após a constituição da reserva legal e destinação do dividendo mínimo obrigatório, são mantidos na rubrica “Retenção de lucros” à disposição da Assembleia Geral, para sua destinação.

O prejuízo de 2015 e parte do prejuízo de 2016 foi absorvido por esta reserva.

d. Dividendo mínimo obrigatório

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício nos termos da Lei das Sociedades por Ações, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Durante os exercícios de 2016 e 2015 não foi gerado lucro líquido para distribuição.

15 Impostos de renda e contribuição social

a. Tributos diferidos

	31.12.2016	31.12.2015
Diferenças temporárias - provisões diversas (i)	41.498	40.978
Arrendamento mercantil financeiro	25.242	16.955
Prejuízo fiscal e base negativa de IRPJ	73.950	43.557
Base de cálculo IRPJ	140.690	101.490
Diferenças temporárias - provisões diversas (i)	41.498	40.978
Arrendamento mercantil financeiro	25.242	16.955
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	74.259	47.168
Base de cálculo CSLL	140.999	105.101
Aliquota vigente	34%	34%
Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos	47.862	34.831
Impostos de renda e contribuição social diferidos passivos (ii)	(17.554)	(14.504)
Ativo diferido líquido	30.308	20.327

- (i) Referem-se a provisões para comunicação, eletricidade, água, despesas prediais, PPR, provisão para créditos de liquidação duvidosa, serviços prestados, repasses, encargos trabalhistas e benefícios a funcionários.
- (ii) Refere-se, substancialmente, ao imposto de renda e à contribuição social diferidos passivos sobre os ativos intangíveis identificáveis adquiridos na combinação de negócios com a Equifax do Brasil Ltda.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Sociedade, o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal serão realizados a partir de 2017.

b. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominal e efetiva

A reconciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e da contribuição social é demonstrada como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(35.137)	(27.742)
Aliquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social de acordo com a alíquota vigente	11.947	9.432
Resultado de eventos da incorporação da Equifax do Brasil Ltda.	(595)	(324)
Outras adições e exclusões permanentes	(1.370)	(1.329)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	9.982	7.779

16 Receita líquida de serviços

	31.12.2016	31.12.2015
Receita bruta de serviços (a)	668.101	593.481
Descontos comerciais e cancelamentos de faturamentos	(8.345)	(6.991)
Impostos sobre serviços - PIS, COFINS e ISSQN	(86.948)	(80.985)
Total	572.808	505.505

- (a) Os principais serviços prestados são produtos, cartas e consultas para suporte às atividades creditícia e de proteção ao crédito, incluindo consultoria, desenvolvimento de sistemas e projetos e elaboração e venda de pesquisas, e desenvolvimento e exploração comercial de soluções de meios de pagamento em geral.

17 Custos, despesas com vendas e despesas gerais e administrativas por natureza

Abaixo apresentamos os saldos de custos, despesas com vendas e despesas gerais e administrativas conforme classificado na composição do resultado do exercício:

	31.12.2016	31.12.2015
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	(422.312)	(343.935)
Despesas com vendas	(76.300)	(77.237)
Despesas gerais e administrativas	(79.685)	(91.726)
Outras receitas (despesas) operacionais	941	(225)
	<u>(577.356)</u>	<u>(513.123)</u>

Abaixo apresentamos a abertura analítica por natureza:

	31.12.2016	31.12.2015
Cartas - Impressão & Postagem	(189.372)	(125.932)
Depreciação & Amortização	(122.658)	(106.049)
Crédito de pis/cofins sobre depreciação e amortização	1.241	2.070
Pessoal	(118.117)	(127.352)
Manutenção	(30.694)	(24.415)
Plataforma Certificação Digital	(19.113)	(22.590)
Remuneração Entidades	(17.926)	(16.527)
Prestação de Serviços	(16.689)	(25.343)
Prediais & Utilidades	(13.189)	(11.608)
Legais	(12.713)	(12.353)
Comissão Representantes e Parceiros	(6.240)	(5.562)
Televendas	(4.078)	(3.678)
Outros Custos Variáveis	(3.977)	(3.026)
Base de Dados	(3.898)	(5.866)
Consultoria, Auditoria e Assessoria	(3.617)	(5.685)
Telefone	(3.614)	(3.904)
Propaganda & Promoção	(3.583)	(5.025)
Call Center	(2.682)	(2.485)
Viagem, Locomoção e Diárias	(2.582)	(2.787)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.409)	(1.380)
Eventos	(2.042)	(2.055)
Material Consumo, Escritório e Outros	(1.081)	(531)
Outros	1.677	(1.040)
Total	<u>(577.356)</u>	<u>(513.123)</u>

18 Resultado Financeiro

	31.12.2016	31.12.2015
Receitas financeiras:		
Juros e multas	850	1.025
Rendimentos sobre aplicações	1.021	673
	<u>1.871</u>	<u>1.698</u>
Despesas financeiras:		
Juros e multas passivos	(4.289)	(607)
Com arrendamento mercantil	(1.391)	(2.789)
Encargos financeiros sobre empréstimo - conta garantida	(2.022)	(3.841)
Encargos financeiros sobre debêntures	(24.757)	(14.585)
	<u>(32.459)</u>	<u>(21.822)</u>
Total	<u>(30.588)</u>	<u>(20.124)</u>

19 Prejuízo por ação básico e diluído

Básico

Calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Prejuízo do exercício atribuível aos proprietários da Sociedade e utilizado na apuração do prejuízo líquido básico por ação	(25.155)	(19.963)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo líquido básico por ação	124.536	117.648
Prejuízo líquido básico por ação - R\$	<u>(201,99)</u>	<u>(169,68)</u>

Diluído

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo diluído por ação é conciliada com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, como segue:

	31.12.2016	31.12.2015
Prejuízo utilizado na apuração do prejuízo diluído por ação	<u>(25.155)</u>	<u>(19.963)</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação	124.536	117.648
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção com base em ações	3.681	2.574
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo diluído por ação	<u>128.397</u>	<u>120.222</u>
Prejuízo por ação diluído - R\$	<u>(195,92)</u>	<u>(166,05)</u>

20 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Sociedade possui instrumentos financeiros cujos valores de mercado das operações ativas e passivas não diferem substancialmente daqueles reconhecidos nas demonstrações financeiras, tendo em vista sua natureza de curto prazo, sendo eles aplicações financeiras, contas a receber, depósitos judiciais, saldos com partes relacionadas, arrendamento financeiro e fornecedores. Os saldos contábeis destes instrumentos financeiros já estão divulgados nas respectivas notas explicativas.

A Sociedade não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Os principais riscos são os seguintes:

Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados aos clientes. O saldo a receber de clientes é denominado em reais e está distribuído em diversos clientes. A Administração da Sociedade monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante análise de crédito dos clientes e constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade de a Sociedade não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos, em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Sociedade é monitorado diariamente para garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessário, sejam suficientes para manutenção do seu cronograma de compromissos, mitigando, assim, os riscos de liquidez para a Sociedade.

Dentre as alternativas para mitigação do risco de liquidez, estão: captação de recursos junto a terceiros com vencimento de longo prazo, reestruturação de dívidas e, se necessário, a obtenção de recursos adicionais de acionistas.

A tabela a seguir mostra o prazo de vencimento contratual restante dos ativos e passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais:

	<u>Ativos financeiros</u>			
	Aplicações financeiras	Contas a receber	Debêntures	Empréstimos e Financiamentos
2017	5.724	91.988	43.227	9.937
2018	-	-	47.857	8.097
2019	-	-	35.357	6.370
2020	-	-	22.857	5.440
2021	-	-	-	3.442
Total	5.724	91.988	149.298	33.286

Risco dos ativos e passivos financeiros

Decorre da possibilidade de a Sociedade estar sujeita aos ganhos ou às perdas de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade busca manter seus ativos e passivos financeiros com os mesmos indexadores.

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Sociedade revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

O valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima do contábil e a Sociedade não está apresentando a análise de sensibilidade em função de que não há riscos de mercado significativos em seus instrumentos.

21 Benefícios a funcionários

A Sociedade oferece a seus funcionários benefícios de complementação de aposentadoria, implementados a partir de 1º de novembro de 2011. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas. Em função das alterações do plano em 2015, não houve necessidade de aporte no período de 2016 e 2015.

22 Cobertura de seguros

A Sociedade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade possuía apólices de seguro com indenização máxima prevista de R\$ 186.037 (R\$ 95.549 em 31 de dezembro de 2015), para cobertura de danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, incêndio e roubos e furtos qualificados de bens.

23 Plano de opção com base em ações

Por meio de AGE realizada em 29 de fevereiro de 2012, foi aprovado um plano de opção de compra de ações da Sociedade, por meio do qual foi outorgada aos administradores, e funcionários em posição de comando (beneficiários) a possibilidade de aquisição de ações da Sociedade, observadas determinadas condições (“Plano de Opção”).

O Plano de Opção, que é administrado pelo Comitê Executivo da Sociedade, objetiva estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Sociedade.

As ações que poderão ser adquiridas no âmbito do Plano de Opção não excederão 10% do capital social total da Sociedade, desde que o número de ações emitidas ou passíveis de serem emitidas nos termos do Plano de Opção esteja sempre dentro do limite do capital autorizado da Sociedade.

O preço de exercício das opções é o valor justo de mercado das ações a serem adquiridas, conforme determinado pelo Comitê Executivo da Sociedade, e a metodologia utilizada para determinar o valor presente (da perspectiva de “trader” da opção), associado ao direito de adquirir uma ação a um preço prefixado durante um período preestabelecido, é a Black-Scholes-Merton, que considera que a volatilidade das ações, a taxa livre de risco e a taxa de dividendos permanecem constantes ao longo do tempo.

Características do plano de opção:

- Concessão - início em 2012, antes do evento de liquidez.
- Preço do exercício - R\$ 8.800,00 corrigido pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.
- Elegíveis - principais executivos e pessoas chave.
- Total de ações do plano = 5.148.
- Período de “vesting”:
- 1º ano Aquisição de 5% dos direitos
- 2º ano Aquisição de 10% dos direitos
- 3º ano Aquisição de 15% dos direitos

- 4º ano Aquisição de 20% dos direitos
- 5º ano Aquisição de 25% dos direitos
- 6º ano Aquisição de 25% dos direitos

Em 31 de dezembro de 2016, a empresa possuía registrado em seu passivo o montante de R\$ 3.300 (R\$ 8.327 em 31 de dezembro de 2015).

24 Transações não envolvendo caixa

A Sociedade realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa. Portanto, estas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	31.12.2016	31.12.2015
Aquisição de intangíveis e imobilizado por arrendamento financeiro a pagar	-	9.690
Aquisição de intangíveis e imobilizado - fornecedores a pagar	8.261	4.378

25 Outros assuntos

Em 10 de janeiro de 2015 foi publicada a Lei Estadual do Estado de São Paulo nº 15.659 que altera o procedimento atual de inclusão dos consumidores nos cadastros de proteção ao crédito. De acordo com esta legislação, esta inclusão deverá ser previamente comunicada por escrito e comprovada com aviso de recebimento. A Lei também estabelece a exigência de que os serviços de proteção ao crédito excluam as informações que estejam incorretas ou inexatas de seus registros dos bancos de dados no prazo máximo de dois dias, além da exigência de que os credores disponibilizem documentos que atestem a natureza da dívida, sua exigibilidade e a inadimplência por parte dos consumidores, anteriormente à efetiva negativação.

A mencionada Lei Estadual fere o Artigo 24, parágrafos 1º e 3º, da Constituição Federal, ao estabelecer novas e contraditórias normas gerais em matéria já regulada por lei federal, no caso o Artigo 43 do CDC. Com base nesse e outros argumentos, em 23.01.2015 a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5224/SP), perante o Supremo Tribunal Federal (STF). Em 05.03.2015 a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) ingressou com a ADI 5252 e em 19.03.2015 o Governador do Estado de São Paulo ingressou com a ADI 5273. As três ações, por versarem sobre o mesmo tema foram reunidas para a relatoria da Ministra Rosa Weber. Em 24.08.2016 o processo foi incluído na pauta de julgamento do dia 31.08.2016, entretanto, foi adiado por indicação da relatora. Aguarda-se nova data para julgamento.

A comunicação por AR custa quase seis vezes mais do que a comunicação via carta simples. Este custo, porém, está sendo repassado aos credores conforme cláusula contratual específica para esta operação.

26 Eventos subsequentes

Em 08 de março de 2017 foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª emissão de debêntures da Sociedade que aprovou:

- (a) Inclusão de novos direitos creditórios para garantia, compartilhando com a 2ª emissão;

- (b) Alteração da data de vencimento das parcelas de março e setembro de 2016, no valor de R\$12.500 cada para, respectivamente, março e setembro de 2018;
- (c) Alteração de taxa de remuneração em função da condição de mercado de CDI+1,92% a.a. para CDI + 4% a.a.

Na mesma data, foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas da 2ª emissão de debêntures que deliberou:

- (a) Compartilhamento de garantias (após a inclusão de novos direitos creditórios) com a 1ª emissão;
- (b) Alteração da data de vencimento da parcela de julho de 2016, no valor de R\$11.429, para julho de 2018;
- (c) Alteração da taxa de remuneração em função da condição de mercado de CDI+2,35% a.a para CDI+4% a.a.